



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

VANESSA MENDES FERNANDES

**A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO
BRASILEIRO**

**JOÃO PESSOA – PB
OUTUBRO – 2018**

VANESSA MENDES FERNANDES

**A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a
obtenção do Diploma de Licenciado em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Me. Marie Gorett
Dantas de A. e M. Batista

**JOÃO PESSOA – PB
OUTUBRO – 2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F363i Fernandes, Vanessa Mendes.

A importância da comunicação em Libras para o surdo brasileiro / Vanessa Mendes Fernandes. - João Pessoa, 2018.

48 f. : il.

Orientação: Marie Gorett Dantas de A e M Batista.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Surdez. 2. Inclusão. 3. Libras. 4. Comunicação. I. Batista, Marie Gorett Dantas de A e M. II. Título.

UFPB/BC

VANESSA MENDES FERNANDES

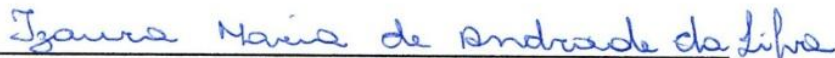
**A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção do Diploma de
Licenciado em Pedagogia.

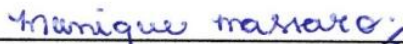
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Me. Marie Gorett Dantas de A. e M. Batista - UFPB
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Izaura Maria de Andrade da Silva - UFPB
(Professora Examinadora)



Prof.^a Dr.^a Munique Massaro - UFPB
(Professora Examinadora)

**JOÃO PESSOA – PB
OUTUBRO – 2018**

Dedico todo este trabalho a Deus o único digno de toda
honra, glória e louvor.

Que darei eu ao Senhor, por todos os benefícios
que me tem feito?

Sl. 116:12

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, razão da minha existência, pela saúde, fé e perseverança que tem me dado para trilhar essa trajetória e pelas etapas vencidas e ainda por vencer, se não fosse a mão Dele, nem aqui eu estaria;

A minha família, em especial aos meus pais, que compartilharam os muitos momentos de minha vida que me motivaram e permitiram construir a minha história;

Ao meu esposo Wenderson por toda dedicação, carinho, paciência, apoio e por incentivo que sempre me deu, me ajudando a vencer todos os obstáculos. Sem sua ajuda não teria conseguido.

A Ana uma pessoa maravilhosa, pelas suas opiniões e críticas positivas, que me incentivaram a crescer academicamente e, principalmente por ser amiga e sempre acreditar em mim;

Ao super amigos, que tornaram minhas noites melhores e mais divertidas, durante esses cinco anos.

A minha amada professora e orientadora Prof^a. Me. Marie Gorett pessoa essa que tenho grande admiração e carinho, muito obrigado por ser a melhor orientadora. Agradeço a sua compreensão, paciência, confiança no meu trabalho e pela pressa em me atender sempre que precisei. Sem dúvidas toda essa nossa trajetória me ajudou a crescer, levarei seus ensinamentos para toda a vida.

Agradeço as Professoras Munique Massaro e Izaura Maria por terem prontamente aceitado a participar da minha defesa, pela disponibilidade e as contribuições valiosas para a finalização do trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para meu crescimento, educação e, principalmente, realização deste trabalho.

A todos, muito obrigada, essa conquista é nossa!

“Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros. Ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais.”

Eduardo Galeano.

RESUMO

A comunicação como liberdade de expressão é reconhecida como um direito humano, ela é fundamental para uma sociedade mais justa. Ampliar essa discussão, sobretudo no âmbito sociocultural é essencial no processo de garantia desse direito. Neste sentido o presente trabalho de pesquisa traz como tema: A importância da comunicação do surdo em Libras na sociedade brasileira, sendo principal objetivo analisar a importância da Libras no processo de comunicação entre o surdo e a sociedade, tendo em vista a importância da inclusão social dos surdos como garantia de seus direitos. Para viabilizar seu alcance foi considerado pertinente o desenvolvimento de estudo por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, através de estudos bibliográficos e de campo. Desse modo, foi possível perceber que a utilização da Libras deve ser cada vez mais incentivada na sociedade e não utilizada apenas nas instituições escolares, pois esta, a língua de sinais, possibilita ao surdo interagir com o meio em que vive, construir e firmar sua identidade, colaborando ainda para a melhoria da qualidade de vida da população surda do país, além de assegurar-lhes os direitos como cidadão e o respeito às diferenças.

Palavras-chave: Surdez. Inclusão. Libras. Comunicação.

ABSTRACT

Communication as freedom of expression is recognized as a human right, it is fundamental to a more just society. Broadening this discussion, especially in the socio-cultural sphere, is essential in the process of guaranteeing this right. In this sense the present research work has as a theme: The importance of the communication of the Deaf in Brazilian Sign Language in the Brazilian society, being the main objective to analyze the importance of Libras in the process of communication between the deaf and the society, considering the importance of social inclusion of the deaf as a guarantee of their rights. In order to achieve its reach, it was considered relevant to develop a study by means of a qualitative approach, of an exploratory nature, through bibliographical and field studies. In this way, it was possible to perceive that the use of Libras should be increasingly encouraged in society and not only used in school institutions, since this, sign language, enables the deaf person to interact with the environment in which he lives, build and identity, helping to improve the quality of life of the country's deaf population, as well as guaranteeing them rights as citizens and respect for differences.

Keywords: Deafness. Inclusion. Brazilian Sign Language. Communication.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A SURDEZ E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA	13
2.1. O direito à comunicação	15
2.2. Características da comunidade surda	16
3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS LÍNGUAS DE SINAIS	18
3.1. O que é a Língua Brasileira de Sinais	20
4 A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS NOS CONTEXTOS SOCIAIS	23
4.1 No contexto familiar	23
4.2 No contexto escolar	25
4.3 No contexto hospitalar	27
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
5.1 Tipo de Pesquisa	29
5.2 Sujeitos da Pesquisa	30
5.3 Instrumento de Pesquisa	30
5.4 Análise e Discussão dos Dados	31
5.4.1 Entrevista e análise feita com Surdo.....	31
5.4.2 Entrevista e análise realizada com Recepcionista de Hospital	33
5.4.3 Entrevista e análise realizada com Professora de sala regular	35
5.4.4 Entrevista e análise realizada com Mãe de Surdo	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	44
APÊNDICES	45

1 INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais não é baseada em mímicas ou gestos com as mãos como muitos pensavam e pensam. De acordo com Quadros (2004) ela é semelhante à língua oral, é composta por fonemas, possui estrutura gramatical própria, léxicos e níveis linguísticos: fonológico, sintático, morfológico e semântico/pragmático. Esta pesquisa está voltada para a importância da inserção da Libras na sociedade brasileira, assunto este discutido, mas pouco em voga na interface entre educação inclusiva e a educação bilíngue. Sabemos que o surdo enfrenta várias barreiras de comunicação durante toda a vida devido à restrita inserção da Libras na sociedade. Para que essas barreiras sejam sanadas é de grande valor que a Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras seja inserida na sociedade brasileira, pois de acordo com a constituição de 1988 a comunicação e a liberdade de expressão é direito de todo cidadão.

De acordo com a Lei 10.436/02, Libras foi reconhecida e oficializada como língua no território brasileiro, e vem abrindo caminhos para que as pessoas surdas sejam respeitadas e se integrem ao meio em que vivem. Entretanto, os ouvintes raramente têm conhecimento e domínio da Libras, e faltam à maioria das escolas e hospitais profissionais com esse conhecimento para receberem pessoas surdas.

Nesta perspectiva, o objetivo geral desse trabalho é: Analisar a importância da Libras no processo de comunicação entre o surdo e a sociedade. O tema proposto buscará refletir acerca de propostas que possam ajudar o surdo na comunicação em Libras com a sociedade.

A presente proposta de pesquisa tem como objetivos específicos: evidenciar a importância da Língua Brasileira de Sinais, identificando na literatura científica a visão da escola e da sociedade a respeito da Libras e destacando assim, a importância para o surdo da inserção da Libras na sociedade.

Quanto à estrutura, o presente trabalho encontra-se desenvolvido da seguinte forma: Justificativa, na qual tratamos da relevância da temática, cujos fins possibilitarão a construção de novos conhecimentos e reflexões nos vários aspectos inerentes ao tema.

O trabalho está dividido em três capítulos, que estão subdivididos em tópicos específicos. No primeiro capítulo, será apresentado o conceito de surdez e deficiência auditiva, o direito à comunicação e as características da comunidade

surda, já no segundo, discorreremos um breve histórico sobre a Língua de Sinais, o que é Libras e as características da mesma, no último capítulo será apresentado a importância da Libras no contexto, hospitalar, familiar e escolar. A metodologia da pesquisa apresenta o tipo de pesquisa; sua abordagem e os sujeitos pesquisados e a análise dos dados coletados durante a pesquisa. Finalizando com as considerações finais que são retomadas a questão problema e o objetivo geral da pesquisa, de modo a evidenciar se as questões foram suficientemente estudadas e compreendidas.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Como principal instrumento para a coleta de dados foi utilizada a entrevista, aplicada à uma pessoa surda, a mãe de um surdo, uma recepcionista de um hospital e a uma professora. Os quatro dados foram analisados numa abordagem qualitativa, priorizando-se uma descrição reflexiva das entrevistas feitas aos mesmos.

O interesse pelo tema surgiu após cursar o componente curricular Libras, na Universidade Federal da Paraíba, no oitavo período, com a professora Marie Gorett orientadora deste trabalho. Através da disciplina pude compreender o valor da Libras e sua relevância para os surdos e também para os ouvintes, pois a mesma é de fundamental importância para que o ouvinte e o surdo possa se comunicar, sem que haja a necessidade de um intérprete. A disciplina também me fez refletir que, como futura pedagoga, é necessário a aprendizagem da Libras, pois em sala de aula poderei ter o contato com um aluno surdo sem depender apenas do intérprete.

2 A SURDEZ E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Segundo o Decreto nº 5.626, de 22 de janeiro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras, já a deficiência auditiva é considerada uma perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz (BRASIL,2002,2005)

O conceito de deficiência auditiva varia de acordo com o ponto de vista de cada autor sobre o tema. Para Sales e colaboradores. (2010, p. 92)

[...] o indivíduo com incapacidade auditiva é aquele cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. Aquele cuja percepção de sons ainda que comprometida, mas funcional com ou sem prótese auditiva, é chamado de pessoa com deficiência auditiva.

Através do conceito da autora é possível entender que a pessoa com deficiência auditiva é aquela que tem alguma dificuldade ou impedimento para ouvir, possuindo uma perda parcial da audição.

De acordo com Campos (2014, p. 48) define o surdo como:

[...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social.

Apesar de muitos acreditarem que a deficiência auditiva e a surdez são similares, existem diferenças entre elas, o que as diferenciam é que o surdo além de não ouvir, ele possui uma diferença linguística do ouvinte podendo se apropriar da língua de sinais e desenvolver sua própria cultura, já o deficiente auditivo possui uma perda, porém consegue ouvir com a ajuda de aparelhos auditivos.

De acordo com o documento Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competência para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos (BRASIL,2006, p.15,16) a surdez pode ser ocasionada por diversos fatores, eles são divididos em fases, são elas:

Pré-natais – surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), e exposição da mãe a drogas ototóxicas (medicamentos que podem afetar a audição). Peri-natais: surdez provocada mais frequentemente por parto prematuro, anoxia

cerebral (falta de oxigenação no cérebro logo após o nascimento) e trauma de parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado). Pós-natais: surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba, sarampo. Além do uso de medicamentos ototóxicos, outros fatores também têm relação com a surdez, como avanço da idade e acidentes.

Ainda de acordo com o mesmo documento citado acima, a surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição. Para identificar a perda auditiva, é preciso fazer o exame de audiometria, que é realizado por um fonoaudiólogo.

Segundo o documento Saberes e Prática da Inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização surdez (BRASIL, 2005) os graus de perda auditiva podem ser diagnosticados como leve até 40 decibéis, moderada de 40 a 70 decibéis, severa de 70 a 90 decibéis e profunda acima 90 decibéis.

De acordo com mesmo documento citado acima (BRASIL, 2005, p. 19) pela área da saúde e, tradicionalmente, pela área educacional, o indivíduo com surdez pode ser considerado:

Parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA) Pessoa com surdez leve – (...) Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. (...) Pessoa com surdez moderada – (...) é necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos.

Surdo - Pessoa com surdez severa – (...) Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral (...) Pessoa com surdez profunda – (...) A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. (...) Esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual, e poderá ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais. Atualmente, muitos surdos e pesquisadores consideram que o termo “surdo” refere-se ao indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda.

2.1 O Direito à Comunicação

Comunicação significa “a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar, com vista ao bom entendimento entre as pessoas” e também “convivência, trato, convívio”, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2003, p. 170).

A importância de comunicar foi reconhecida no art. 19 na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que estabelece que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”, sendo assim se comunicando o indivíduo tem acesso a informações como também pode transmiti-las.

Segundo schelles (2008) a comunicação é considerada uma ferramenta necessária em todos os tipos de relações, e ela só acontece de maneira devida quando a mensagem é recebida com o mesmo sentido com o qual ela foi transmitida, podendo ser feita de várias maneiras, através da linguagem verbal ou não verbal, desde que seja um processo completo e coerente. De acordo com Dizeu; Caporali (2005) vivemos em uma sociedade onde o domínio da língua oral é predominante, logo as pessoas precisam adaptar-se a ela para que tenham uma boa interação social, pois na maioria das vezes, a população não está pronta para acolher o indivíduo que comunica de outras formas.

Os surdos se comunicam através da língua de sinais, e de acordo com Quadros (2004) a Libras não é uma língua oral, e sim uma língua de modalidade gestual-visual. Os surdos muitas vezes necessitam buscar outros meios de se comunicar com as pessoas ao seu redor, não utilizando a sua língua natural, devido a poucos ouvintes se apropriarem dela. Segundo Strobel (2008), a maioria das pessoas, ignora as características e necessidades dos surdos, muitas vezes até estereotipando-os como deficientes; sendo assim, os surdos precisam se adaptar a determinadas condições que não lhes convêm, desrespeitando sua cultura, identidade e sua língua materna.

2.2 Características da Comunidade Surda

A comunidade surda é composta por um grupo de pessoas, que buscam trabalhar em conjunto e que apoiam os objetivos da comunidade que participam. Segundo Felipe (2007) os surdos que participam dessas comunidades possuem características específicas, eles assumem uma cultura própria e geralmente preferem se relacionar e se comunicar com pessoas surdas. Os surdos que frequentam a comunidade surda necessitam participar de duas comunidades e de duas culturas e aprenderem duas línguas a Libras e a língua portuguesa, para que possa se comunicar com o ouvinte e o não ouvinte. É importante entender que:

Uma Comunidade Surda não é um "lugar" onde pessoas deficientes, que têm problemas de comunicação se encontram, mas um ponto de articulação política e social porque, cada vez mais, os Surdos se organizam nesses espaços enquanto minoria linguística que lutam por seus direitos linguísticos e de cidadania, impondo-se não pela deficiência, mas pela diferença. (FELIPE, 2007, p. 197)

Segundo Felipe (2007) as comunidades não são compostas apenas por surdos, mas também por ouvintes como: pais de surdos, intérpretes, familiares, ouvintes que fazem trabalho de assistência social ou religiosa, amigos e professores que se interessam pela história e luta desta comunidade.

A diferença entre comunidade surda e o povo surdo é que a comunidade não é composta apenas por surdos mas por várias pessoas que compartilham as metas comuns dos seus membros e procura alcançá-las e o povo surdo é formado por sujeitos surdos, que segundo Strobel:

Quando pronunciamos 'povo surdo', estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laço. (STROBEL, 2008, p.29).

As pessoas que participam da comunidade surda se envolvem com várias entidades como:

Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS), que de acordo com a mesma é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos.

Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos(CBDS), esta confederação organiza e regulamenta muitas práticas de várias modalidades de esportes de povo surdos, também promove competições entre as associações de surdos e outros.

Outras Instituições: Federação Estaduais Esportivas de Surdos, Associações de Pais e Amigos de Surdos, Associações de Intérpretes de Libras, escolas de surdos e outros. Representações religiosas: pastorais de surdos, ministério de surdos, grupos de jovens de igrejas, etc.

3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS LÍNGUAS DE SINAIS

Antes da oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), coexistiam dois métodos de ensino para os surdos, o método francês, propagado pelo Abade Michel de L'Epée, baseado em um sistema de sinais e o método alemão, de Samuel Heinicke, fundamentado na oralização dos surdos, defendendo que a linguagem falada era prioritária como forma de comunicação dos surdos, sendo indispensável para o desenvolvimento da criança. O divisor de águas sobre a educação dos surdos aconteceu no ano de 1880, no importante Congresso de Milão.

Sete dias de discussões, apresentações e votações, entre 6 e 11 de setembro de 1880, em Milão, Itália, coroaram os pressupostos oralistas. As resoluções foram quase unânimes, contando com poucas, e isoladas, oposições: às escolas de surdos cabia o ensino da fala como meio de inserção do surdo em um mundo ouvinte. Os gestos? Que fossem banidos. As práticas bimodais que utilizavam sinais em simultaneidade com a fala também foram rejeitadas. O oralismo puro, como acordado por grande parte dos mais de 170 membros do Congresso (em sua quase totalidade ouvintes), foi apontado como a melhor abordagem para a educação de surdos (EIJ, 2016, p. 1).

Segundo Capovilla (2000) a visão predominante neste período era que a língua de sinais eram meros gestos sem estruturas gramaticais, tornando-se assim uma forma inferior de comunicação.

Já a corrente filosófica educacional do oralismo tinha como objetivo

(...) levar o surdo a falar e a desenvolver competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se, como um membro produtivo, ao mundo dos ouvintes (CAPOVILLA, 2000, p. 102).

O método oralista não funcionou como prática pedagógica, uma vez segundo Capovilla (2000, p. 102):

Como resultado, foi observado um rebaixamento significativo no desenvolvimento cognitivo dos surdos. Infelizmente, no entanto, em vez de ser percebido como consequência do método, tal rebaixamento passou a ser usado como prova da importância da linguagem oral para o desenvolvimento cognitivo dos surdos.

Segundo Capovilla (2000), a filosofia oralista não chegou a desenvolver a linguagem dos surdos, logo o método foi substituído em larga escala pela filosofia da Comunicação Total. O principal objetivo deste método era permitir a comunicação das pessoas surdas. De acordo com Schelp (2008) a comunicação total poderia

utilizar a língua de sinais, mímicas, leitura labial, gestos ou qualquer outro recursos que colaborasse com o desenvolvimento da língua oral.

A Comunicação Total não surgiu como discordância ao oralismo e sim como uma forma alternativa de comunicação complementar, para que o surdo conseguisse se comunicar de alguma forma.

A Comunicação Total também não obteve resultados satisfatórios, visto que a sua abordagem defendia o uso paralelo das duas línguas: a fala e os sinais (bimodalismo) e por serem duas línguas distintas e com estruturas diferentes dificultava a aprendizagem dos alunos. As crianças estavam convivendo com “[...] amostra linguística incompleta e inconsistente, em que nem os sinais nem as palavras faladas podiam ser compreendidos plenamente por si sós” (CAPOVILLA, 2000, p. 109).

Neste contexto surge a corrente filosófica do Bilinguismo como alternativa substitutiva da comunicação total, podendo-se utilizar a língua de sinais que é a língua natural dos surdos e a língua oficial do seu país.

Nesta concepção, o bilinguismo

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra. (LACERDA, 1998, p.10).

De acordo com Bernadino (2000) a língua é uma importante forma para a comunicação dos surdos com os ouvintes, e também com os surdos, promovendo não só a comunicação como também o desenvolvimento do conhecimento. Bernardino (2000, p. 29):

[...] a língua é considerada importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas a comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando também a função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social. O Bilinguismo considera que a língua oral não preenche todas essas funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual-sinalizada desde tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções linguísticas que a língua oral não preenche. Assim, as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como do aprendizado da língua oral.

3.1 O que é a Língua Brasileira de Sinais

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) passou a ser oficialmente reconhecida como meio legal de comunicação dos surdos, devido aos grandes esforços que os mesmos tiveram para garantir a sua cidadania, essa grande conquista foi oficializada através da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e a reconhece como meio legal de comunicação e expressão para os falantes da língua de sinais e outros recursos de expressão a ela associados. Afirma:

Art. 1º Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil[...]
Art. 2º – Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

A aprovação dessa lei foi uma conquista para a comunidade surda, trazendo mais oportunidades para os surdos, principalmente em relação ao reconhecimento de sua cultura, de sua identidade, trazendo mudanças inclusive no seu processo educacional, além da regulamentação de profissionais intérpretes (BARBOSA, 2011).

Após a aprovação desta lei tem-se o Projeto de lei do Senado nº 180, de 2004, que altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, fazendo o ajustamento no currículo oficial da rede de ensino à obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais em todas as etapas e modalidades da educação básica para pessoa surda. O congresso nacional decretou que:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B: "Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas".
Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.
(BRASIL, 1996)

Apesar de tudo isso, é perceptível que a Libras é pouco usada pelos ouvintes, e muitos ainda não tem o conhecimento sobre a mesma, mesmo ela sendo um meio para a comunicação com o surdo. Segundo Quadros (2004) a Libras ainda é pouco conhecida e compreendida pela população no geral.

Segundo Quadros (2004), as Línguas de Sinais são apontadas como línguas naturais ou materna dos surdos, elas possuem particularidades específicas que as distingue dos outros meios de comunicação. A Língua de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual, a sua estrutura é diferente da estrutura da Língua Portuguesa, que tem por base o campo oral-auditivo, pois na Língua Portuguesa é utilizado os sons emitidos pela voz, sons estes que para o surdo é imperceptível.

De acordo com o documento Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (2008).

A Língua Brasileira de Sinais tem, para as pessoas surdas, a mesma função que a Língua Portuguesa na modalidade oral tem para as ouvintes e é ela, portanto, que vai possibilitar às crianças surdas atingirem os objetivos propostos pela escola, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita. (PEREIRA, 2008, p.49)

Assim como as línguas orais, a Libras possui sua estrutura gramatical própria, contemplando todos os requisitos para a sua oficialização como língua, conforme citamos no primeiro parágrafo da Introdução deste trabalho. A Língua de Sinais não é universal, ela pode variar de acordo com os países ou até mesmo com as distintas regiões de um mesmo país.

No caso do Brasil, além da língua portuguesa, oral auditiva, temos todas as línguas indígenas, também orais auditivas; em torno de 200 (duzentos) e duas línguas de sinais, gestuais visuais, a saber; a língua de sinais de uma tribo indígena, ainda pouco explorada no Brasil, mas também gestual visual, usada pela comunidade indígena surda da tribo Urubu Kaapor e a Libras, a língua dos surdos brasileiros, usada tanto pela comunidade surda da qual fazem parte, surdos, familiares, amigos, intérpretes, professores e demais que sabem usar a língua de sinais para conversar com o surdo e, pelo Povo Surdo que são os surdos entre si, cidadãos surdos que fazem parte da nação brasileira.

Os sinais utilizados nas línguas de sinais são formados a partir da combinação da forma e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço

onde esses sinais são feitos. Segundo Felipe (2007) a Libras têm sua estrutura gramatical organizada a partir de alguns parâmetros que estruturam sua formação nos diferentes níveis linguísticos, são eles: a Configuração da(s) mão(s)- (CM), o Movimento - (M) e o Ponto de Articulação - (PA); Orientação da palma da mão – (Or ou Om) e as Expressões Não-Manuais - faciais ou corporais – (ENM).

4. A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS NOS CONTEXTOS SOCIAIS

Dentre os diversos contextos sociais nos quais são importantes o uso da língua de sinais, foram escolhidos os três a seguir, visto que, para este trabalho de conclusão de curso, não seria pertinente abranger todos os contextos sociais nos quais os surdos estão inseridos. Assim sendo, trataremos de 3 contextos sociais: o familiar, o escolar e o hospitalar.

4.1 Contexto Familiar

As várias leituras realizadas para fundamentar este trabalho nos leva a crer que a reação imediata de uma família ouvinte após descobrir que o seu filho é surdo é bastante complexa. Os pais ouvintes esperam ter filhos ouvintes, e quando descobrem que o filho é surdo geralmente não aceitam de forma natural. Famílias que possuem filhos surdos necessitam aprender uma segunda língua para que se comuniquem melhor com o filho e colaborem em todo o processo de ensino-aprendizagem. Durante este tópico iremos discorrer sobre a importância do uso da Libras no Contexto Familiar afirmando a percepção do quanto é fundamental o aprendizado da mesma para melhor interação entre o surdo e sua família.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20.12.1996, estabelece, em seu Art. 2 que,

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é clara quando no seu artigo 2º estabelece que a educação é também dever da família. E, para que a família possa participar da educação da criança surda é importante que ela compreenda a necessidade da aprendizagem da língua de sinais, estimulando o filho surdo adquirir naturalmente a língua, pois para que haja uma melhor comunicação, o surdo necessita adquirir a língua de modalidade gestual-visual, em que será, para os surdos brasileiros, a Libras - Língua Brasileira de Sinais.

De acordo com Ministério da Educação- (BRASIL,2004) é considerável que a família entenda que a comunicação com sua criança surda é essencial para o equilíbrio e harmonia do contexto familiar e o alicerce para o desenvolvimento global do indivíduo. A família deve estabelecer o seu papel na formação da criança, pois os

passos primordiais para o desenvolvimento natural e social do ser humano são dados dentro da mesma, visto que as primeiras experiências e relacionamentos interpessoais da criança acontecem juntamente com sua família.

Para que a criança surda tenha um desenvolvimento significativo é importante que haja um compromisso por parte de sua família em colaborar com a sua aprendizagem.

A criança com necessidades especiais somente terá um desenvolvimento saudável a partir do compromisso de seus pais de também se desenvolverem, isto é, de assumirem postura e atitude que conduzam também o “crescer” com a criança. Os pais sentir-se-ão obrigados a adaptar-se à condição do filho especial, entretanto é igualmente importante que seja dado à criança oportunidade de também se adaptarem a eles. (BRASIL, 2006, p.53)

Ainda segundo Brasil (2006, p. 51), os pais ouvintes devem procurar aprender a língua de sinais e, ao mesmo tempo devem facilitar a comunicação com seu filho surdo no intuito de gerar equilíbrio que satisfaça às necessidades de todos.

A família tem um significado importantíssimo na vida do surdo. Para uma melhor compreensão desta frase vejamos o que nos afirma Cupello (1994 apud PEREIRA, 2008, p.37):

O mais importante agente de socialização é a família, pois a mesma executa a tarefa crucial de socializar a criança e modelar o desenvolvimento de sua personalidade, por isso, cabe a família da criança surda desdobrar-se em paciência e carinhos constantes para exercer; além de seus papéis tradicionais, o de completar, em casa a aprendizagem da linguagem. A afetividade é imprescindível para o seu ajustamento emocional e a sua segurança íntima. (CUPELLO, 1994).

Diante de tal afirmação, é possível perceber que além dos cuidados básicos e o carinho que é fundamental, a família necessita se adaptar às necessidades do novo membro em sua família, neste caso o surdo. É neste momento que os pais precisam estar preparados para doarem boa parte de seu tempo ao aprendizado do filho surdo, já que eles são os responsáveis por grande parte do desenvolvimento emocional de seu filho. Por sua vez, a família é quem carrega consigo todo o amparo necessário para o filho tornar-se um indivíduo confiante de seus atos, sabendo como reagir diante de diversos obstáculos que porventura surgirão em sua vida.

O interesse dos pais em buscar meios que os levem a aprender a língua do filho, o faz se sentir considerado e amado por sua família. Compreendendo a Língua de Sinais os pais passam a valorizar o filho enquanto sujeito e encontram meios para facilitar o dia-a-dia de todos e melhorar o contato com o surdo; proporcionando a esse filho um ambiente prazeroso, no qual se sinta confortável em relação a sua identidade surda.

4.2 Contexto Escolar

Além da família, a escola também exerce um papel fundamental na vida da criança surda, sabemos que a educação é um direito social e que só tem sentido, se ela promover o ser humano, portanto, a educação escolar está ligada a um espaço social e cultural responsável por promover o conhecimento e a cultura.

De acordo com a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) a educação é um direito de todos, e deve ser garantido um atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência. Para que este atendimento educacional especializado seja garantido é de fundamental importância que nos espaços escolares os educadores estejam preparados para lidar com as diferenças. É necessário que haja capacitações para que os professores sejam capazes de oferecer oportunidades educacionais que privilegiem a todos, de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

Segundo Carvalho (2004) não basta colocar as crianças com deficiência em salas regulares, é necessário que lhe sejam asseguradas garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação excludente. Para que lhe sejam assegurados esses direitos é de extrema importância que o ensino da Libras seja inserido desde as séries iniciais para que o surdo possa adquirir sua Língua natural e subsequentemente comece a receber as informações escolares em língua de sinais. A aprendizagem da Libras deve ser promovida ao surdo e também ouvintes, pois a mesma facilita a comunicação e interação entre os mesmos.

Quando a criança chega à escola sem comunicação, o trabalho deve ser direcionado para aquisição da linguagem por meio de uma língua visual-espacial. Segundo Quadros (2004), o currículo escolar deve estar organizado a partir de uma perspectiva visual-espacial, para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares

na própria língua da criança, porque a língua da escola para os alunos surdos precisaria ser, desde o princípio, a Língua Brasileira de Sinais.

Nesta concepção Damázio (2005, p. 113) afirma que,

Mais do que uma língua, as pessoas com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento e exercitem a capacidade cognitiva desses alunos. Obviamente, são pessoas que pensam, raciocinam e que precisam como os demais de uma escola que explore suas capacidades, em todos os sentidos (Damázio, 2005, p. 113).

De acordo com o Art. 58 da LDB (BRASIL, 1996), os alunos surdos têm seus direitos garantidos de serem atendidos nas escolas públicas, porém de acordo com as leituras realizadas muitos professores, na maioria, não estão preparados para receber esses alunos, logo de acordo com Quadros (2004) sem esse preparo por mais que os professores se esforcem e busquem metodologias de ensino-aprendizagem que melhor se adéquem para promover a inclusão, infelizmente podem ocorrer insucessos.

Para que se efetive a inclusão do aluno surdo é fundamental o conhecimento em Libras não só por parte do intérprete, mas por todas as pessoas que fazem parte desse processo para facilitar a comunicação entre ambos, porém o professor não é obrigado a dominar a língua de sinais, essa tarefa compete ao intérprete, que faz a intermediação. Mas como podemos pensar em inclusão do surdo sem saber Libras?

Para que realmente o processo de inclusão aconteça é necessário que exista uma transformação no sistema de ensino, adequando-o à necessidade dos alunos com escola adaptada com vários recursos visuais, profissionais preparados, cursos de capacitação, materiais acessíveis ao aluno, melhorar e colocar em prática as leis existentes, garantindo ensino de qualidade a todos.

Portanto as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. “Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão”. (LACERDA, 2006, p. 26)

4.3 Contexto Hospitalar

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), artigo 196, trata a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Verifica-se mediante tal Legislação que os surdos também têm direito ao acesso às instituições de saúde, pois como cidadão brasileiro, o Estado deve assegurar-lhe atendimento hospitalar e em todo o sistema de saúde com qualidade e excelência, tal qual, às pessoas sem deficiência.

No entanto, o que sabemos pela própria literatura, pelo dia a dia, pela mídia e outros é que isto ainda é um problema nacional a ser considerado pelos gestores nacionais, responsáveis por uma área tão carente de cuidados no nosso país.

A comunicação é fundamental importância em todas as fases da vida, uma vez que possibilita a convivência e interação com a sociedade. Além disso ela é uma ferramenta essencial no cuidado da saúde por proporcionar o estabelecimento da relação entre equipe e paciente (ARAÚJO, et al., 2015; SILVA; BASSO; FERNANDES, 2014)

Para que seja possível uma assistência efetiva à saúde, é necessário que haja comunicação entre o paciente e o médico, caso o paciente seja surdo existe uma necessidade de uma intermediação pelo intérprete, porém sabemos que nos hospitais não existe a figura do intérprete, pois na Paraíba e estados circunvizinhos não existe Lei que regule a profissão em hospitais, logo o surdo fica totalmente dependente de algum ouvinte para que possa acompanhá-lo a consulta médica. Neste sentido, os surdos enfrentam barreiras diariamente ao se deparar com profissionais que não sabem a língua de sinais e se tornam dependentes de familiares ou amigos ouvintes para que possam ajudá-los, até mesmo quando eles alcançam a fase adulta.

A Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, recomenda como função do profissional interpretar as práticas didáticas-pedagógicas e culturais executadas nas entidades de ensino em todos os níveis, objetivando a disponibilidade dos conteúdos curriculares. No entanto, a legislação não exige a presença de um intérprete nos serviços de saúde, entretanto seria de fundamental importância que os serviços de saúde possuíssem intérpretes para ser o canal de comunicação entre surdos e os profissionais

ouvintes, pois esse processo facilitaria a comunicação dos mesmos com o meio hospitalar.

Embora existam os decretos e leis que determinam a Libras como meio de comunicação e garante aos surdos a inclusão e atendimento integral nos diversos serviços públicos, tais ações ainda não se constituem como suficientes para eliminar as dificuldades associadas às barreiras de comunicação (SILVA; BENITO, 2016). Isso porque, a ausência de legislação específica sobre a necessidade de intérpretes durante o atendimento à saúde, bem como, da obrigatoriedade de disciplina específica de Libras no processo de formação do profissional da saúde, impede que a referida parcela da população seja contemplada durante graduação e, esta falha se transforma em barreira a uma assistência de qualidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, abordamos a metodologia da pesquisa, deixando claro o tipo de pesquisa pelo qual optamos, bem como os instrumentos utilizados, o local e os sujeitos da pesquisa e o detalhamento do percurso da pesquisa.

5.1 Tipo de Pesquisa

No intuito de alcançar os objetivos propostos na pesquisa, utilizamos as técnicas da pesquisa exploratória, bibliográfica e pesquisa de campo.

Na pesquisa bibliográfica fizemos uma revisão da literatura na área. Ela foi empregada para fundamentar o estudo, serviu para a aquisição dos conhecimentos necessários para explorar determinados elementos, conceitos e aspectos pertinentes à temática da Língua de Sinais e da comunicação do surdo com a sociedade ouvinte.

De acordo com Gil (2002, p.44), [...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Na pesquisa bibliográfica, a leitura torna-se uma técnica de pesquisa, sua principal vantagem consiste em permitir colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Isto é, este tipo de pesquisa se utiliza das contribuições dos diversos autores na compreensão sobre um determinado assunto.

Na pesquisa de campo foi realizada a pesquisa do tipo qualitativa, na qual usamos, para nos fundamentar, quatro entrevistas com as seguintes pessoas: 1- Surdo; 2- Recepcionista de Hospital; 3- Mãe de pessoa surda; 4- Professor de aluno surdo.

Segundo Gonçalves (2001, p.67) a pesquisa de campo,

é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

No entendimento de Gil (2002, p.62),

a pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de

entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade.

5.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram 1 surdo com idade de 23 anos, 1 recepcionista ouvinte de um hospital da cidade de João Pessoa com idade de 27 anos, 1 professora ouvinte com idade de 30 anos, de sala regular de ensino fundamental que possui um aluno surdo, e uma mãe ouvinte de um surdo com idade de 50 anos.

5.3 Instrumentos da Pesquisa

Com relação à coleta de dados, utilizamos nessa etapa o uso de entrevistas semiestruturadas utilizadas na pesquisa de campo visando à obtenção das respostas dos sujeitos com relação à importância da comunicação do surdo em Libras na sociedade brasileira.

O emprego de entrevista semiestruturada é a metodologia utilizada na pesquisa para coleta de dados. Optou-se pela entrevista semiestruturada, pois segundo Minayo (2004), combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

Nesta pesquisa, a análise dos dados será feita mediante uma abordagem qualitativa baseada nas respostas dos entrevistados. Segundo Minayo (1996, p.21), esta abordagem,

[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo 1996, p.21)

Nesse sentido, os dados serão interpretados de forma a perceber o que está por trás dos fragmentos de mensagem tomados em consideração.

As entrevistas foram previamente agendadas conforme a disponibilidade dos entrevistados. O método utilizado para registro das entrevistas foi a transcrição da fala para escrita. Na entrevista feita ao aluno surdo foi realizada a intermediação por parte da professora orientadora deste trabalho, as perguntas foram transcritas de acordo com as respostas do mesmo.

É importante destacar acerca das regras éticas, no qual se assume a intenção que estas sejam respeitadas. Para tanto, tem-se o Termo de Consentimento Livre

Esclarecido (TCLE), ressaltando que, o anonimato dos sujeitos será preservado e quaisquer outros meios que possam causar constrangimentos aos sujeitos pesquisados.

5.4 Análise e Discussão dos Dados

5.4.1 Entrevista e análise feita com o surdo

A entrevista foi composta por cinco perguntas para o sujeito surdo que aqui será tratado como entrevistado A.

Com relação a 1º pergunta, você sofreu algum tipo de dificuldade em decorrência da surdez? Se sim quais?

O entrevistado A respondeu:

“Hoje em dia é tranquilo normalmente, no passado foi pior, agora diminuiu a exclusão.”

A partir do momento em que o surdo diz que “agora diminuiu a exclusão” ele deixa a informação que já foi mais excluído antigamente, porém, atualmente a exclusão diminuiu, no entanto, não foi extinta.

Em resposta a 2º questão, como foi sua trajetória educacional como aluno surdo?

Respondeu o entrevistado A:

“estudei numa escola especial da Funad, sai de lá no 5º ano, para escola inclusiva Estadual, foi difícil me acostumar, hoje sou aluno de química numa (IFES – preferimos traduzir como Instituto Federal de Ensino Superior para resguardar a identidade da Instituição mencionada pelo entrevistado), e a maior dificuldade que sempre tive são as trocas de intérpretes e a falta de comunicação com o professor que não é bilíngue, o que dificulta no aprendizado do aluno surdo”.

O entrevistado A deixa claro que depois que saiu da escola apropriada para o aluno surdo, sua mãe lhe matriculou em uma escola regular e foi bastante difícil para se acostumar. Relatou em sua fala que duas grandes dificuldades são as trocas de intérpretes no ensino superior e também a falta de possibilidade de se comunicar com o seu professor devido ao mesmo não ser bilíngue. Em concordância ao que

vimos no tópico do contexto escolar, de acordo com Carvalho (2004) não basta colocar as crianças com deficiência em salas regulares, é necessário que lhe sejam asseguradas garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação excludente.

Em resposta a 3º questão, quando pequeno como sua família se comunicava com você?

Foi respondido:

“minha mãe e minha avó sabem Libras, fizeram curso na Igreja Batista, meu pai biológico morreu, mas o meu padrasto também sabe, alguns primos se comunicam por datilologia, mas para a família se comunicar com o surdo o principal é o uso da Libras, é bem melhor quando conhecem nossa língua”

É importantíssimo o uso da Libras para comunicação com surdo, pois ela é sua língua natural, compreendendo-a os pais passam a valorizar o filho enquanto sujeito e encontram meios para facilitar o dia a dia de todos e melhorar a comunicação com o filho. De acordo com Brasil (2004, p. 51), os pais ouvintes devem procurar aprender a língua de sinais e, ao mesmo tempo devem facilitar a comunicação com seu filho surdo no intuito de gerar equilíbrio que satisfaça às necessidades de todos.

Com relação a 4º questão a respeito de como a comunicação ocorreu e ocorre no âmbito hospitalar, o entrevistado A respondeu:

“No hospital só escrevendo, um ou outro fazem gestos ou mímicas, muito pouco é compreendido em Libras. Já fui atendido no Hospital público e não compreenderam nem a minha escrita, infelizmente falta a acessibilidade nos hospitais, nem os médicos sabem se comunicar conosco. Sempre temos que ir com a mãe ou alguém ouvinte, nos tornamos dependentes de alguém sempre, apesar de já ter uma autonomia para me comunicar, essa dependência é ruim”.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), artigo 196, trata a saúde como um direito de todos e dever do Estado sabendo que o Estado deve assegurar atendimento hospitalar com qualidade e excelência a todos. Questionamos: como os surdos têm esse direito garantido se no contexto hospitalar, não existem nos

hospitais pessoas qualificadas para se comunicarem em língua de sinais com os pacientes surdos? Sabemos que a profissão de tradutor e intérprete de Libras é regulamentada como função de interpretar as práticas didáticas-pedagógicas e culturais executadas nas entidades de ensino em todos os níveis, no entanto seria de fundamental importância que as pessoas fossem bilíngues, ou que os serviços de saúde possuísem intérpretes para ser o canal de comunicação entre surdos e os profissionais ouvintes, pois esse processo facilitaria a comunicação dos mesmos com no meio hospitalar.

O entrevistado A também expressou a insatisfação relacionada à quando precisa comprar remédios, ele falou:

“quando estou com algum tipo de dor e preciso comprar remédios, também fica complicado, porque as pessoas não entendem o que quero e pedem que eu escreva, e quando escrevo não entendem minha escrita, isso é muito ruim!”.

A 5ª questão que pergunta, como é a sua comunicação com os amigos que não são surdos, e pessoas ao seu redor?

Foi respondida da seguinte forma:

“Tenho muitos amigos ouvintes, ou conversamos por escrita ou ensino Libras a eles e eles aprendem rápido”.

Quando o surdo conversa por escrita ele está se adaptando ao meio em que vive, seria importante que os ouvintes tivessem interesse pela Libras, aprendendo assim a usar a Língua Brasileira de Sinais, importantíssima para a comunicação com o surdo. Em concordância ao que vimos no tópico “O direito a comunicação”, de acordo com Dizeu; Caporali (2005) vivemos em uma sociedade onde o domínio da língua oral é predominante, logo, as pessoas precisam adaptar-se a ela para que tenham uma boa interação social, pois na maioria das vezes a população não está pronta para acolher o indivíduo que se comunica de outras formas.

5.4.2 Entrevista e análise realizada com recepcionista de hospital

A entrevista foi composta de quatro perguntas para uma recepcionista que aqui será tratada como entrevistada B de um hospital particular de João Pessoa.

A 1º questão, você conhece e sabe usar a Língua Brasileira de Sinais? foi respondida pela entrevistada B da seguinte forma:

“Já ouvi falar na Libras, porém não sei usar”.

A partir da resposta da entrevistada B, notamos que a mesma conhece a Libras, porém não sabe se comunicar por meio dela, o que dificulta a comunicação com o surdo.

Com relação a 2º questão, como você lida com pessoas surdas no atendimento? A entrevistada B respondeu que:

“é bastante difícil quando acontece geralmente nos comunicamos por gestos ou mímicas simples para que seja entendido por ambas as partes, apesar da dificuldade”

Fazendo o uso de gestos e mímicas a recepcionista não está usando a Libras e o surdo também não está usando sua língua natural, pois de acordo com Quadros (2004) a língua de sinais é semelhante a língua oral, é composta por fonemas, possui estrutura gramatical própria, léxicos e níveis linguísticos: fonológico, sintático, morfológico e semântico/pragmático.

Em resposta a 3º questão que pergunta se existe algum intérprete no hospital, caso o surdo venha desacompanhado de um ouvinte falante de Libras?

A entrevistada B disse:

“Não, infelizmente não temos ninguém capacitado na área”.

Sabemos que além de existir a lei que regulamenta os intérpretes em sala de aula, existe também a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, que no artigo 18 diz que:

“O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação”.

No artigo 18 fala que o Poder Público implementará a formação de intérprete para facilitar qualquer tipo de comunicação direta, porém se o surdo chegar desacompanhado de um ouvinte falante em Libras no hospital, como funcionará o atendimento? Se nos hospitais não existem intérpretes para este atendimento? Será que realmente será oferecido um serviço de excelência sem que o surdo se sinta excluído? Ficam aqui nossas reflexões sobre a inclusão, pois na maioria das vezes o surdo está inserido na sociedade e poucas vezes incluído de fato.

Na 4ª questão, onde perguntamos se a instituição já realizou alguma capacitação em Libras, a recepcionista entrevistada B respondeu:

“Nunca foi realizada nenhuma capacitação, talvez pelo fato da demanda desses pacientes serem poucas e na grande maioria dos casos eles já vêm acompanhados de alguém que já conhece a língua deles, facilitando para nós na hora do atendimento”.

Analisando a resposta da entrevistada, podemos observar que na maioria das vezes o surdo vai acompanhado ao hospital, por pensar que lá não encontrará nenhum funcionário que possa atendê-lo em Libras, o que o torna totalmente dependente de ouvintes falantes da Libras, como foi relatado na entrevista com o entrevistado A e ele mesmo falou que “essa dependência é ruim”, os deixando desconfortáveis.

5.4.3 Entrevista e análise realizada com professora de sala regular

A entrevista foi composta de cinco perguntas feitas à professora de sala regular de uma escola municipal de João Pessoa que aqui será tratada como entrevistada C.

Com relação a 1ª questão, explique como é sua comunicação com o aluno/a surdo/a em sala de aula?

A entrevistada C respondeu:

“apenas com mediação da intérprete”

Como já foi discutido no tópico do contexto escolar, para que o atendimento educacional especializado seja garantido com excelência, é de fundamental importância que nos espaços escolares os educadores estejam preparados para

lidar com as diferenças, mesmo existindo a figura do intérprete seria fundamental que o professor ou qualquer outro profissional que faça parte do quadro de funcionários da escola fosse bilíngue, assim permitiria que o aluno surdo realmente fosse incluído. Sabemos que para ocorrer esta preparação é necessário que a instituição ofereça capacitações sobre o tema.

Na 2ª questão, você conseguiria ministrar a sua aula em Língua Brasileira de Sinais.

A entrevistada respondeu:

“não, pois não sei Libras”

De acordo com a entrevistada C a mesma não sabe Libras, sendo assim ela fica impossibilitada de se comunicar com o aluno surdo e para que a comunicação ocorra é necessário a mediação do intérprete.

Na 3ª questão, você já participou de alguma capacitação sobre Surdez e/ou Libras, a entrevistada respondeu:

“não, não nos foi ofertado ainda”

Para que realmente o processo de inclusão aconteça é necessário que o sistema de ensino seja transformado, adequando-o às necessidades dos alunos com escola adaptada com vários recursos visuais, profissionais preparados, cursos de capacitação, materiais acessíveis ao aluno surdo, garantindo ensino de qualidade a todos.

Obtivemos como resposta da 4ª pergunta, a intermediação do intérprete favorece a sua disciplina? De que forma?

“o intérprete apenas realiza a mediação para comunicar ao aluno surdo o que eu estou explicando ou solicitando”

Na ida à escola para realizar a entrevista com a professora, pude conhecer a intérprete que em conversa informal me relatou a dificuldade enfrentada todos os dias ao tentar transmitir o conteúdo ao aluno surdo, pois a mesma também é surda, porém como no passado já foi ouvinte, ela consegue oralizar, sendo assim, hoje, ela é surda pós-linguística, entretanto para que consiga interpretar precisa fazer leitura labial, mas enfrenta dificuldades, pois, “a professora fala muito rápido, é difícil

acompanhá-la”. Através das entrevistas podemos perceber que todo este contexto influencia no processo de aprendizagem do aluno surdo, que por muitas vezes deseja se comunicar diretamente com o professor, porém o mesmo não é bilíngue, se fazendo necessário a mediação do intérprete. Essa foi uma das dificuldades relatadas pelo entrevistado A.

A 5ª pergunta, vocês (professor e intérprete) interagem sobre os conteúdos? foi respondida assim:

“algumas vezes dependendo da necessidade de adaptação das atividades”

É importante que sempre haja a comunicação entre o professor e intérprete para que juntos possam sanar os problemas enfrentados no dia a dia e consigam garantir o direito do aluno surdo de ter uma educação de qualidade como qualquer outro aluno.

5.4.4 Entrevista e análise realizada com mãe de surdo:

Durante a entrevista com a mãe de um surdo, que aqui será tratada como entrevistada D, foram feitas quatro perguntas que estão expostas no quadro abaixo.

As perguntas e respostas estarão expostas abaixo.

Com relação a 1ª questão, quais as dificuldades enfrentadas pelo seu filho em decorrência da surdez?

A entrevistada D respondeu:

“falta de comunicação, falta de adaptação dos recursos nas escolas e de legenda nos filmes”

Como vimos anteriormente no tópico em que fala sobre o direito de comunicação, de acordo com Strobel (2008), a maioria das pessoas ignora as características e necessidades dos surdos, muitas vezes até estereotipando-os como deficientes; sendo assim, os surdos precisam se adaptar ao meio em que vive. Quando a mãe do surdo fala sobre a “falta de adaptação dos recursos nas escolas e de legenda nos filmes” ela deixa claro que, por muitas vezes, o seu filho enfrentou essas dificuldades devido as pessoas ignorarem essas necessidades específicas do mesmo.

Em resposta à 2ª questão, que orientações foram dadas sobre o uso da Língua de Sinais para seu filho surdo, disse a entrevistada D:

“que era necessário aprender a língua para ajudar no seu desenvolvimento e para ele se comunicar. Logo, desde os 5 anos, ele começou a usar a língua de sinais e eu aprendi para ensiná-lo”.

Como vimos no tópico a importância da Libras no contexto familiar, é importante lembrar que os pais devem se adaptar ao novo membro da família, pois a criança com necessidades especiais somente terá um desenvolvimento saudável a partir do compromisso de seus pais de também se desenvolverem, isto é, de assumirem postura e atitude que conduzam também o “crescer” com a criança (BRASIL, 2004).

Obtivemos como resposta à pergunta, qual a importância da Libras para você?

“a maior importância da Libras está relacionada a comunicação que todo ser humano necessita”

Através da resposta da entrevistada D podemos perceber que para a mãe deste surdo a maior importância que a Libras tem é poder proporcionar a comunicação do filho surdo com os ouvintes. Assim, constatamos através das pesquisas e das entrevistas que a sociedade não sabe Libras, e isto, que dificulta a comunicação com o surdo, muitas vezes impondo-lhes barreiras em seu dia a dia e tornando-os sempre dependentes de algum familiar.

A última pergunta, a Libras trouxe benefícios ao seu filho? Se sim, quais?

Foi respondida da seguinte maneira:

“Sim, socialização com ouvintes e surdos, interação, desenvolvimento intelectual e cultural”

Sabemos que a Libras contribui bastante para socialização do surdo e seu desenvolvimento intelectual e cultural, por isso é de grande importância que eles compreendam a necessidade da aprendizagem da língua de sinais, estimulando o filho surdo a adquirir naturalmente a língua, pois para que haja uma melhor comunicação, o surdo necessita adquirir a Libras como primeira língua ou L1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa bibliográfica e análise dos dados consideramos, por fim, que a Língua Brasileira de Sinais, o objeto deste trabalho, é um meio de garantir o convívio e a interação do surdo com a sociedade. Sua utilização facilita a comunicação entre os surdos e ouvintes. A utilização da Libras nos diversos contextos sociais contribui para a inclusão dos surdos, minimizando as variadas formas de preconceito e discriminação com os mesmos, como relatamos no texto deste trabalho sobre sua trajetória de vida. Os surdos foram alvos da visão hegemônica dos ouvintes que afirmava ser a surdez uma deficiência que deveria ser tratada clinicamente. Sabemos que o intuito do Ouvintismo era encontrar uma cura para a surdez, como se a surdez fosse uma doença que deveria ser curada ao torná-lo oralizado.

Ao analisarmos as respostas do entrevistado A e entrevistada D notamos que um dos principais benefícios que citam sobre a Libras é a comunicação, pois através da mesma o surdo sente-se incluído na sociedade. O entrevistado A relatou várias dificuldades que enfrenta no seu dia a dia devido ao desconhecimento que a sociedade tem da sua língua natural, a Libras. Vimos, ainda que o entrevistado necessita de um acompanhante ouvinte falante da Libras em hospitais, farmácias e demais locais e que só consegue se comunicar com o professor se houver a intermediação do intérprete o que para ele “dificulta o aprendizado do aluno surdo”. Estamos conscientes que não nos cabe apontar erros, falhas ou opiniões considerados juízos de valor em um trabalho de conclusão de curso, mas acreditamos sem pretensão de sermos audaciosos que seria de extrema importância a independência da pessoa surda sem a necessidade de um apoiador ou mediador de suas falas na sociedade de uma forma geral e, não só nos âmbitos pesquisados. Pretendemos *a posteriori* aprofundar nosso conhecimento e ampliar nossas pesquisas na tentativa de contribuir com o povo surdo brasileiro e alertar a sociedade para a importância do uso e do aprendizado da Libras.

Quando analisamos as respostas da entrevistada C ficou notório que a mesma tinha conhecimento do que seria a Libras, porém, não tinha informações aprofundadas e nem sabia usar a língua, o que dificulta no ensino e na socialização do surdo. Em nosso entendimento, é necessário que a escola e o município ofereça o ensino da Libras aos professores e alunos ouvintes para que todos possam ter

acesso ao conhecimento e a comunicação; o que nos remete a afirmar que os profissionais da educação devem buscar se atualizar e atender às necessidades de cada aluno, inclusive aprender a Libras. Pois não basta apenas que o aluno surdo saiba a língua de sinais, é essencial que as pessoas à sua volta também aprendam para que a comunicação flua e assim possa acontecer a interação recíproca.

Sabemos que há condições de executar um trabalho exitoso na área de ensino da Libras para a sociedade ouvinte, mas é necessário dar condições para tal e obter comprometimento de pessoas capacitadas e bem formadas. É preciso o cumprimento das leis e políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal relacionadas a Libras no nosso país.

Posto isto, chegamos à conclusão que a utilização da Libras deve ser cada vez mais incentivada na sociedade e não utilizada apenas nas instituições escolares, pois esta, a língua de sinais, possibilita ao surdo interagir com o meio em que vive, construir e firmar sua identidade, colaborando ainda para a melhoria da qualidade de vida da população surda do país, além de assegurar-lhes os direitos como cidadão e o respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.C.J. et al. **Consulta de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual**. ABCS Health Sciences, São Paulo, nº1, p.38-44, 2015. Disponível em: <<https://www.portalnepas.org.br/abcs/shs/article/view/702/667>> acesso em: 10 de Setembro de 2018.

BARBOSA, L. R. S. **A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional**. Polyphonia, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 173-187, 2011.

BERNARDINO, Elidea Lucia. **Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo**. Belo Horizonte: Editora Profetizando vida, 2000.

BRASIL- MEC. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. [4. ed.] / elaboração prof.^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>> acesso em 10 de Julho de 2018 às 11:10.

_____. MEC. **Saberes e práticas da inclusão : desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. (Série : Saberes e práticas da inclusão) . Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf>> acesso em 09 de Julho de 2018 às 23:45.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre **a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

_____. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico 1988 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> acesso em 02 de Julho de 2018 às 10:34.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB** (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> acesso em 10 de Julho de 2018 às 00:00.

_____. Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre **a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 2005 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> acesso em 20 de Julho 2018 às 10:00

CAMPOS, M. L. I. L. **Educação Inclusiva para Surdos e as Políticas Vigentes**. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?**

Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 37-61. CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro.

CAPOVILLA, Fernando C. **Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n. 1, 2000, p. 99-116.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is.** Porto Alegre, Mediação, 2004.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum – questões polêmicas e avanços.**

Contemporâneos. In: BRASIL. Ensaio Pedagógicos – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005, p. 108-121.

Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Brasília: CORDE, 1994 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> acesso em 28 de Junho de 2018 às 10:30.

DIZEU, L.C.T.B.; CAPORALI, S.A. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, maio-ago. 2005.

EIJI, Hugo. **Congresso de Milão. Cultura Surda.** Disponível em: <<http://culturasurda.net/congresso-de-milao/>> acesso em: 09 de Agosto de 2018 às 16:00 horas.

FELIPE, Tanya A. **LIBRAS em contexto: Curso básico: Livro do estudante.** 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007 Disponível em <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf> acesso em 20 de Julho de 2018 às 10:00.

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Disponível em: <<https://feneis.org.br/>> acesso em: 05 de Julho de 2018 às 22:30.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002 Disponível em <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> acesso em 10 de Junho 2018 às 09:30.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LACERDA, Cad. **Cedes**, Campinas, vol 26,n.69,p.163-184,maio/ago.2006

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos.** Caderno Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. **Surdez: aquisição de Linguagem e Inclusão Social.** Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004.

SALES, A. M. et al. **Deficiência auditiva e surdez: visão clínica e educacional**. Seminário apresentado na Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2010.

SCHELLES, S. **A importância da linguagem não verbal nas relações de liderança nas organizações**. Revista Esfera, Brasília, n. 1, p. 1-8, 2008.

SCHELP, Patrícia Paula. **Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.

SILVA, P.S.D.; BASSO, N.A.D.; FERNANDES, S.R.C.M. **A enfermagem e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo**. Revista UNINGÁ Review, Paraná, nº1, p.05-12, 2014.

STROBEL, K. L. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100009> acesso em 07 de Junho de 2018 às 14:25

ANEXO 1
ENTREVISTA COM ALUNO SURDO



(FOTO AUTORIZADA PELO ENTREVISTADO)

ANEXO 2
ENTREVISTA COM ALUNO SURDO



(FOTO AUTORIZADA PELO ENTREVISTADO)

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista com Surdo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO
BRASILEIRO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você sofreu algum tipo dificuldade em decorrência da surdez? Se sim quais?
2. Como foi sua trajetória educacional como aluna/o surda/o ?
3. Quando pequena/o como sua família se comunicava com você?
4. Com referência a comunicação como ela ocorreu e ocorre no âmbito hospitalar?
5. Como é a sua comunicação com os amigos que não são surdos, e pessoas ao seu redor?

Apêndice B – Roteiro de Entrevista com Recepcionista de Hospital



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO
BRASILEIRO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você conhece e sabe usar a Língua Brasileira de Sinais?
2. Como você lida com pessoas surdas no atendimento?
3. Existe algum intérprete no hospital, caso o surdo venha desacompanhado de um ouvinte falante de Libras?
4. A instituição que você trabalha já realizou alguma capacitação em Libras? Explique.

Apêndice C – Roteiro de Entrevista com Professora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO
BRASILEIRO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 Explique como é sua comunicação com o aluno/a surdo/a em sala de aula?
- 2 Você conseguiria ministrar a sua aula em Língua Brasileira de Sinais?
- 3 Você participou de alguma capacitação sobre Surdez e/ou Libras? Explique.
- 4 A intermediação do intérprete favorece a sua disciplina? De que forma?
- 5 Vocês (professor e intérprete) interagem sobre os conteúdos?

Apêndice D – Roteiro de Entrevista com Mãe de Surdo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO
BRASILEIRO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais as dificuldades enfrentadas pelo seu filho em decorrência da surdez?
2. Que orientações foram dadas sobre o uso da Língua de Sinais para seu filho surdo?
3. Qual a importância da Libras para você?
4. Quais os benefícios que a Libras trouxe ao seu filho?